

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO n. 0516964-32.2019.8.05.0001 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RECORRIDO: JESUINA MARIA GONCALVES DOS SANTOS Advogado (s): ACORDÃO EMENTA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE RETRATAÇÃO DA DECISÃO DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PLEITO MINISTERIAL DE REFORMA DA DECISÃO DE REJEIÇÃO DA INICIAL. PROCEDÊNCIA. DENÚNCIA QUE PREENCHE OS REQUISITOS DO ARTIGO 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POSSIBILIDADE DE DESMEMBRAMENTO DO PROCESSO EM RELAÇÃO A UM DOS INTEGRANTES DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA. O recebimento da denúncia antes da citação é precário e admite retratação, desde que presentes as hipóteses do artigo 395 do Código de Processo Penal. Assim, indefiro o pleito de declaração de nulidade da decisão vergastada. Lado outro, o Recorrente requer reforma da decisão de primeiro grau, diante da inexistência de inépcia da inicial e da possibilidade de desmembramento do processo sem gerar prejuízo à defesa. De fato, em se tratando de ação penal pública, ainda que se trate de organização criminosa, vige o princípio da divisibilidade, de modo a permitir o ajuizamento da ação em desfavor de um ou alguns de seus integrantes, sendo lícita a tramitação dos feitos em separado. Com efeito, apesar de se tratar de delito praticado necessariamente por mais de um agente, a cisão do feito é lícita quando as peculiaridades do caso concreto assim exigir, exatamente como ocorre na espécie vertente. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito n.º 0516964-32.2019.805.0001, da Comarca de Salvador/BA, em que figura, como Recorrente, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA e, como Recorrida, JESUÍNA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS. ACORDAM, à unanimidade, os Desembargadores componentes da 1ª Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, nos termos do voto do Relator. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e provido Por Unanimidade Salvador, 14 de Agosto de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO n. 0516964-32.2019.8.05.0001 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RECORRIDO: JESUINA MARIA GONCALVES DOS SANTOS Advogado (s): RELATÓRIO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, interpôs Recurso em Sentido Estrito contra decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito Vara dos Feitos Relativos a Delitos de Praticados por Organização Criminosa da Comarca de Salvador-Ba, que rejeitou a denúncia oferecida em desfavor de JESUÍNA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS. Em suas razões de id. 42792064, postula o Recorrente a declaração de nulidade da decisão que reconsiderou o recebimento da denúncia e a rejeitou, ou, a reforma da decisão vergastada, diante da inexistência de inépcia da inicial e da possibilidade de desmembramento do processo sem gerar prejuízo à defesa. A Recorrida, em contrarrazões de id. 42792200, objetiva o improvimento do recurso e a consequente manutenção da decisão de id. 42792059. Em decisão de id. 42792221, a MM. Juízo a quo proferiu juízo de retratação mantendo a decisão combatida. Em parecer de id. 43300187, a douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo conhecimento e provimento do recurso. Solicitei a inclusão do feito em pauta de julgamento. É o relatório necessário.

Salvador, 01 de agosto de 2023. Des. Aliomar Silva Britto Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO n. 0516964-32.2019.8.05.0001 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RECORRIDO: JESUINA MARIA GONCALVES DOS SANTOS Advogado (s): VOTO O recurso preenche todos os requisitos de admissibilidade, por isso dele conheço. Nas razões recursais, o Recorrente requer a declaração de nulidade da decisão que reconsiderou o recebimento da denúncia e a recebeu, pois não é permitido o juízo de retratação. Contudo, ao contrário do que tenta fazer crer o Recorrente, o recebimento da denúncia antes da citação é precário e admite retratação, desde que presentes as hipóteses do artigo 395 do Código de Processo Penal. Nesse sentido, segue precedente do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DA DECISÃO QUE REJEITOU A DENÚNCIA. ANÁLISE ACERCA DA PRESENÇA DE JUSTA CAUSA. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 709 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. RETRATAÇÃO DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Reconhecida a nulidade da decisão pelo Tribunal de origem, mostra-se inconveniente eventual análise acerca da presença ou não de justa causa para o exercício da ação penal. Isso porque, se nula a decisão de rejeição, caberia ao Tribunal a quo determinar ao juízo de primeiro grau a prolação de nova decisão, não sendo admissível o recebimento da peça acusatória, sob pena de supressão de instância 2. O disposto na Súmula n. 709 da Suprema Corte, inclusive, ressalva a hipótese de nulidade da decisão de primeiro grau: "Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela." 3. O entendimento do Tribunal de origem destoa da jurisprudência desta Corte que é firme no sentido de que "ao Juiz é lícito reconsiderar o recebimento da denúncia, quer por permissão legal, quer por uma questão de coerência com os anseios do legislador, impulsionadores da reforma do Código Adjetivo Penal, tendentes a um processo célere e fecundo. Inteligência do art. 396-A do Código de Processo Penal" (AgRg no AREsp 82.199/AL, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 3/2/2014). 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp n. 1.782.191/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 30/5/2019, DJe de 13/6/2019.) Assim, indefiro o pleito de declaração de nulidade da decisão vergastada. Lado outro, o Recorrente requer reforma da decisão de primeiro grau, diante da inexistência de inépcia da inicial e da possibilidade de desmembramento do processo sem gerar prejuízo à defesa. De fato, em se tratando de ação penal pública, ainda que se trate de organização criminosa, vige o princípio da divisibilidade, de modo a permitir o ajuizamento da ação em desfavor de um ou alguns de seus integrantes, sendo lícita a tramitação dos feitos em separado. Com efeito, apesar de se tratar de delito praticado necessariamente por mais de um agente, a cisão do feito é lícita quando as peculiaridades do caso concreto assim exigir, exatamente como ocorre na espécie vertente. Isto porque, a descoberta da participação da Recorrida na organização criminosa ocorreu posteriormente e a ação penal dos demais envolvidos já se encontrava em estágio avançado, com instrução criminal próxima de sua conclusão, razão pela qual o aditamento da denúncia nessa fase processual, após realizados de inúmeros depoimentos, causaria tumulto processual. Ademais, afigura-se descabida a motivação da decisão vergastada, no sentido de que o desmembramento do processo pode causar prejuízo à defesa, visto que a parte poderá se manifestar sobre

toda e qualquer prova produzida nos autos, mediante um contraditório efetivo. Nesse sentido, segue precedente do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. LAVAGEM DE DINHEIRO. USURA. CONEXÃO INSTRUMENTAL. DESMEMBRAMENTO DO FEITO. FACULDADE DO JULGADOR. EXISTÊNCIA OU NÃO DE CONEXÃO . ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte é assentada no sentido de que "[c]onstitui faculdade do Juízo processante determinar a separação ou a reunião de processos, pautando-se por critérios de conveniência e oportunidade, inexistindo qualquer prejuízo à defesa, porquanto há a possibilidade de compartilhamento de provas, permitindo o exercício das garantias constitucionais que regem o processo penal." (AgRg no HC n. 728.276/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 16/8/2022, DJe de 22/8/2022). 2. A modificação das conclusões do magistrado singular, corroboradas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no sentido da existência ou não de conexão entre as ações penais demandaria incursão na seara fático-probatória dos autos, providência incompatível com a via do habeas corpus. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC n. 176.821/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 24/4/2023, DJe de 27/4/2023.) Assim, impõe-se o acolhimento da pretensão recursal, em virtude da ausência de inépcia da inicial e da possibilidade de oferecimento da denúncia em desfavor da recorrida em separado, inexistindo qualquer prejuízo presumido à defesa. Diante de tudo, voto no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Recurso em Sentido Estrito interposto, para reformar a decisão que rejeitou a denúncia e determinar o regular prosseguimento do feito. Sala das Sessões, de agosto de 2023. Presidente Relator Procurador (a) de Justiça